



**Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Atenção Básica
Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição**

**II Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional para Implementação,
Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Fortificação de Farinhas de
Trigo, Milho e de seus subprodutos**

BRASÍLIA/DF

14 e 15 de dezembro de 2011

Introdução

Nos dias quatorze e quinze de dezembro de dois mil e onze, às dez horas foi realizada a II Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional para Implementação, Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Fortificação de Farinhas de Trigo, Milho e de seus subprodutos com os principais pontos de pauta: Mapeamento dos setores produtivos das Farinhas de Trigo e de Milho no Brasil; Uso das formulações de pré-mix de micronutrientes na fortificação de alimentos; Relatório sobre o panorama do monitoramento das farinhas no Brasil, incluindo informações sobre a capacidade analítica dos Lacens para realizarem análises de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho; Impacto da fortificação das farinhas na prevalência de espinha bífida no Brasil; Experiência na Construção de Sistema Unificado de Monitoramento e Avaliação de Programas para o Controle e a Prevenção das deficiências de Vitaminas e Minerais e apresentação da proposta preliminar do Programa Nacional de Monitoramento de Fortificação das Farinhas de trigo e de milho no Brasil.

Assuntos Discutidos

1) Abertura

A Coordenadora Geral de Alimentação e Nutrição Dra. Patrícia Jaime agradece a presença de todos os membros da Comissão e convidados, em especial, o Dr. Ruben Grajeda representante OPAS Washington/ EUA, o Dr. Eduardo Castilla Diretor do Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas - ECLAMC no Brasil e os representantes dos laboratórios oficiais de saúde pública. A Coordenadora ressalta o esforço do governo na execução de ações voltadas à atenção integral a saúde da mulher e da criança através da Rede Cegonha contemplando iniciativas para prevenção e controle da anemia e de defeitos do tubo neural por meio da suplementação medicamentosa, fortificação obrigatória das farinhas de trigo e de milho e educação alimentar desenvolvido pela Estratégia Nacional para Alimentação Complementar e Saudável. Dra. Patrícia Jaime pontua que os dados da POF 2008-2009 de consumo efetivo demonstraram menor porcentagem de prevalência de inadequação de ferro e ácido fólico entre os outros micronutrientes na população estudada, no entanto, ressalta o baixo consumo de alimentos naturais fontes desses micronutrientes na alimentação principalmente de crianças e adolescentes.

Essa reunião tem por objetivo dar continuidade encaminhamentos da reunião anterior, além de apresentar e discutir a proposta preliminar do Programa Nacional de Monitoramento de Fortificação das Farinhas de trigo e de milho no Brasil elaborada em conjunto entre o Ministério da Saúde, OPAS, ANVISA e Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo. A coordenadora acena para elaboração de um plano de trabalho para o ano de 2012 com perspectiva da revisão da Resolução RDC nº 344, 13 de dezembro de 2002, considerando a baixa biodisponibilidade do ferro adicionado às farinhas de trigo e milho o que compromete a efetividade dessa ação.

Para finalizar Dra. Patrícia Jaime informa a todos que nesse ano a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição pactuou e publicou a nova Política Nacional de Alimentação e Nutrição com um olhar atualizado para as questões epidemiológicas, sociais, institucionais e políticas com desafios da emergência da prevalência da obesidade em paralelo as carências nutricionais presente ainda na nossa população.

1) Apresentação sobre o mapeamento dos setores produtivos de Farinha de Trigo e de Farinha de Milho no Brasil - ABITRIGO, ABIMILHO e ABIA.

1.1 – ABITRIGO

O representante, Luiz Caetano, inicia explicando que a ABITRIGO é uma associação de classe, representando mais de 70% da indústria moageira de trigo no Brasil. Constituída atualmente por 46 empresas com cerca de 70 unidades de um conjunto de 230 moinhos de trigo no Brasil. Entre os seus objetivos sociais encontram-se a representação dos seus associados junto aos órgãos e entidades governamentais federais, estaduais e municipais, da administração direta ou indireta e empresas públicas de economia mista e privada; a colaboração e atuação na elaboração de políticas de interesse da categoria econômica dos associados; e a postulação das medidas adequadas à efetivação dessas políticas perante as autoridades administrativas e legislativas.

Entre as principais ações estão: a) Campanha de aumento do consumo de trigo e derivados; b) PIS/COFINS – Alíquota zero como forma de incentivo ao aumento do consumo de pão, macarrão e biscoitos; c) Redução de importação da farinha argentina, considerando que esse produto vem com alta carga de subsídio sendo uma concorrência desleal com o produto nacional; d) Campanha de saudabilidade juntamente com o Ministério da Saúde na redução do sal adicionado às farinhas; e) Padronização Pão Francês no Brasil trabalho realizado em conjunto com a Associação Brasileira da Indústria de Panificação; f) Lançamento da Cartilha - O Triticulor e o Mercado e g) Desenvolvimento de tecnologias de trigo e farinhas em análise.

Tabela 1: Distribuição dos moinhos de trigo no Brasil.

Regiões	Estados	Moinhos (n)
Norte	AM	1
	PA	2
Nordeste	RN	1
	PB	1
	PE	2
	AL	1
	SE	1
	BA	3
	CE	4
	MA	1
Centro-Oeste	DF	2
	GO	6
	MT	1
	MS	2
Sudeste	ES	1
	RJ	2
	MG	4
	SP	17
Sul	PR	74
	RS	80

De acordo com o representante da ABITRIGO esse setor produziu aproximadamente 10 milhões de toneladas de farinha de trigo no ano de 2010 distribuídos nas regiões: Sul 41,1% (4.170.000t), Sudeste 29,2% (2.964.570t); Norte e Nordeste 25,8% (2.612.612t); e Centro-Oeste 3,9% (395.574t). A distribuição da farinha de trigo por segmento apresenta-se em farinha doméstica com 1.060.000t (12,8%); massas 1.300.000t (15,7%); biscoitos 812.000t (9,8%) e panificação 4.554.971t (55%) sendo a soma da panificação artesanal (padarias) 3.854.971t e a panificação industrial 700.000t esse último setor com crescimento anual de 10 a 15%.

Nesse ano, a ABITRIGO realizou uma pesquisa com aos moinhos associados para conhecer os tipos de ferro adicionados, de mistura e a dosagem empregada à farinha de trigo. Obteve como resposta ao tipo de ferro a utilização de ferro reduzido por 66% dos associados e fumarato ferroso por 33%. No que diz respeito ao tipo de homogeneização 78,3% dos associados utilizam a rosca contínua e 21,7% misturador (*batch*). Com relação ao tipo de dosagem o núcleo (ferro e ácido fólico) é pré-preparado para adição por meio de microdosador em misturador ou rosca contínua.

A ABITRIGO possui o Projeto: Melhorias na Adição de Ferro e Farinha de Trigo com a finalidade de elaborar estudo sobre os problemas existentes no processo de adição de Ferro na Farinha de Trigo com base na pesquisa realizada por essa instituição junto aos seus associados. Esse trabalho objetiva buscar soluções conjuntas e passíveis de serem implementadas para melhoria da qualidade da farinha de trigo fortificada.

Os problemas identificados na operação e adição de ácido fólico e ferro foram:

1) Os dosadores de *blend* (pré-mix) são regulados com base no fluxo de farinha. Quando há variações, a dosagem será irregular havendo falta ou excesso de *blend*. Esse é o sistema mais utilizado atualmente.

2) Amostras de um mesmo *blend* (pré-mix) apresentam resultados diferentes ao serem analisadas por mais de um laboratório credenciado.

3) Não há metodologia oficial para análise de ácido fólico no Brasil.

4) As Boas Práticas de Fabricação - BPF utilizam imãs no final do processo para retirar sujidades, mas esses mesmos imãs contribuem para a variação de dosagem de ferro na farinha e a regulagem de detectores de metal apresenta dificuldades no ajuste de sensibilidade.

5) A diferença de densidade entre a farinha e o ferro promovem a segregação desde a adição, armazenagem, transporte e destino final (consumidor).

6) Indústrias de massas, biscoitos e pães apresentam problemas de qualidade em alguns produtos devido a presença de alguns tipos de ferro.

Comentários:

Sr. José Ricardo representante da ABIA comentou que a ABITRIGO possui 46 empresas associadas, portanto cerca de 70 unidades de um conjunto de 230 moinhos de trigo no Brasil. Com base nessa informação questionou como as associações realizam o acompanhamento da fortificação obrigatória dos moinhos não associados. O Sr. Luiz Caetano explicou que a ABITRIGO divulga as reuniões técnicas para os sindicatos que agregam os moinhos regionais, até o momento não associados, para que esses tenham conhecimento dos trabalhos realizados pela associação. Outra observação da ABIA foi o universo de moinhos que utilizam dosadores por *batch* (pré-mix). Acredita-se que a 80% dos moinhos utilizam o dosador de rosca o que não proporciona uma homogeneização adequada dos nutrientes ao produto e, portanto, alteração nos resultados das amostras. Sugere que as empresas que se candidatem a comercializar o

blend (pré-mix) devem ser credenciadas e apresentem o certificado de análise dos micronutrientes presentes para garantir a qualidade do produto.

A Dra. Mariem Rodrigues, representante da FUNED, reforça a necessidade do controle de qualidade do pré-mix considerando a estabilidade dos nutrientes, principalmente do ácido fólico, no produto final, portanto, é fundamental a concentração adequada e confirmada por laudo de análise.

Dra. Marília Nutti, representante da Embrapa, relembra que em 2001 foram elaborados e publicados os Manuais de Fortificação da Farinha de Trigo com ferro e o da Fortificação de Fubá e Flocos de Milho em ferro com a finalidade capacitar e treinar as empresas no processo de fortificação. A representante da Embrapa acredita que esse momento é propício para discutir a revisão dos manuais e tentar conhecer o quanto esse material contribuiu para a incorporação das tecnologias nas indústrias moageiras. Portanto recomenda que a Comissão faça uma análise crítica dos manuais e identifique os pontos que devem ser atualizados para contemplar os avanços tecnológicos que ocorreram nesses últimos 10anos.

Dr. Grajeda, representante da OPAS/ Washington pontuou que 66% dos moinhos utilizam o ferro reduzido e questionou porque os moinhos não utilizam o fumarato ferroso. O representante da ABITRIGO respondeu que a escolha é principalmente pelo custo do nutriente já que o ferro reduzido é o mais barato.

Em relação à biodisponibilidade do ferro adicionado às farinhas, a representante da CGAN, Karla Lisboa, pontua a importância da revisão da lista positiva de nutrientes de ferro constante na Resolução RDC nº 344 de 2002 e acrescenta que a solicitação da revisão da norma é um encaminhamento da primeira reunião ordinária dessa Comissão.

A representante da ANVISA, Elisabete Dutra, informou está previsto a formação de um grupo técnico interno para revisão dessa norma, reavaliando pontos como o tipo de ferro adicionado, estabelecimento de faixa de fortificação com máximo e mínimo e ainda dizeres da rotulagem nutricional. Porém informa que não está previsto a publicação da consulta pública para o ano de 2012 apenas o desenvolvimento do trabalho de revisão. Janine Coutinho, representante da OPAS/ Brasil sugere que a ANVISA considere as informações pontuadas e encaminhamentos dados das reuniões dessa Comissão.

A Dra. Mariem Rodrigues coloca que a heterogeneidade do processo de fortificação será trabalhada de maneira mais adequada se for instituída a faixa de fortificação. Isso irá facilitar o processo de fortificação e análise desses nutrientes pelos laboratórios. Considera ainda possível utilizar dados de estudos realizados no Brasil que verificaram o nível de adição de ferro e ácido fólico nas farinhas de trigo e milho como o início para discussão de determinação da faixa de fortificação. Dr. Grajeda oferece ao grupo de trabalho que irá discutir a faixa de fortificação o modelo utilizado na América Central para avaliação de determinação dessa faixa para farinhas de trigo e de milho.

O representante da Embrapa, José Luiz Carvalho, coloca que na determinação da faixa de fortificação é importante considerar que os laboratórios deverão ser acreditados para evitar que sejam fornecidos diferentes resultados pelos laboratórios oficiais e cause prejuízo a terceiros.

A representante da Gerência Geral de Laboratórios da ANVISA coloca que o processo de credenciamento e habilitação de laboratórios era realizado por essa Gerência por meio da REBLAS – Redes Brasileira de Laboratórios de Saúde Pública. No entanto, esse ano está em consulta pública à proposta de transferência da REBLAS para o IMETRO, principalmente no que se refere ao processo de habilitação que VISA a garantir a qualidade dos ensaios analíticos.

William Latorre, representante do CONASS, comenta que já temos 10 anos de norma vigente e questões que estão sendo discutidas nessa reunião são consideradas ultrapassadas e por isso precisamos ser mais objetivos e ágeis na resolução dos entraves que impedem até hoje a implementação adequada da estratégia de fortificação das farinhas de trigo e milho no Brasil. Reforça que existem dados suficientes para tomada de decisão e por isso solicita brevidade na revisão da Resolução RDC nº 344/ 2002. Quanto ao setor regulado William ressalta, pela sua experiência, que falta informação e conhecimento por parte dos moageiros sobre a existência da norma e biodisponibilidade dos nutrientes, pois segundo alguns fornecedores de mix existe importação de todo e qualquer tipo de ferro utilizado na indústria de alimentos sem nenhum controle da qualidade desses nutrientes.

Os associados e não associados das indústrias de trigo e milho devem ser informados e capacitados para a aplicação da Resolução RDC nº 344/2002 considerando informações importantes como a não utilização do ferro reduzido. Recomendo elaborar um seminário para os produtores de trigo e milho se atualizarem quanto ao tema de fortificação obrigatória.

1.2– ABIMILHO

Segundo ABIMILHO, dos 167 moinhos de milho somente de 15 a 20 indústrias são associadas e se encontram distribuídos por região: 66,5% no Nordeste; 22,2% no Sudeste; 6% no Sul e 5,4 no Centro-Oeste. A distribuição por estado fica com 32% PB; 15% BA; 14% MG; 8% CE e SP, 5% PB, PR, GO; 4% SE, 3% MT, 2% AL e 1% ES, RS, MS. A produção total de alimento fortificado fica em torno de 900.000 toneladas/ ano.

Dos compostos de ferro adicionados na farinha de milho, o ferro reduzido é utilizado em 58% da produção total sob a justificativa de baixo custo e baixa interferência nas características organolépticas do produto final. Os demais tipos de fortificante de ferro encontram-se na tabela abaixo.

Composto de Ferro	Farinha de milho
Ferro Reduzido	58%
Fumarato Ferroso	14%
Sulfato Ferroso – Ferro Reduzido	14%
Fumarato Ferroso - Ferro Reduzido	7%
Fumarato Ferroso – Ferro Reduzido – Sulfato Ferroso	7%

Não há relatos de interferência nas características do produto final com o uso do ferro reduzido, no entanto o sulfato ferroso altera a cor do produto final e o fumarato ferroso, de acordo algumas indústrias, reduz o *shelf life* devido ao processo de rancificação.

No que se refere à tecnologia empregada na dispersão e homogeneização do pré-mix de micronutrientes adicionado a farinha de milho, 72% dos moinhos utilizam o dosador para pó do tipo rosca helicoidal devido à garantia da alta estabilidade de vazão, ampla faixa de fluxo e poucas partes móveis e os 28% restantes utilizam o tipo misturador.

O problema mais comum durante o processamento do alimento é a formação de arcos ou afunilamento do pré-mix dentro da moega gerando interrupção no fluxo. Para evitar essa interrupção do fluxo é necessário adquirir equipamentos dotados de desagregador ou vibrador interno; adquirir mixes que apresentem boas características de fluidez; evitar alimentadores que tenham moega muito alta para o seu tamanho e proceder à limpeza periódica do equipamento.

O enriquecimento das farinhas pode ser realizado por batelada em um misturador ou por sistema contínuo com o dosador instalado sobre um transportador (tipo rosca ou esteira) localizado próximo do envase. A fortificação obrigatória ocorre nas farinhas flocadas de milho para o preparo de cuscuz, produto de maior consumo do Nordeste, no fubá e na Mistura para preparo de curau.

A representante da ABIMILHO alerta que algumas análises comparativas realizadas para observar o concorrente quanto à adição ou não do fortificante trouxeram resultados preocupantes, pois constatou-se por teste da mancha e por análise quantitativa que indústrias menores não estão fazendo a fortificação das farinhas de milho com ferro.

Comentários:

Sr. José Ricardo representante da ABIA informou que não é necessário fazer análise do produto final de uma empresa para saber se foi ou não adicionado o fortificante, basta solicitar a nota fiscal de compra dos componentes e avaliar com a quantidade de milho produzida por mês. Como é pequeno o número de empresas associadas de milho, de 15 a 20 empresas do total de 167, realmente é necessário trabalhar a capacitação e mobilização do setor para melhor conhecê-lo e ter acesso a maioria desses produtores. É importante a orientação e o treinamento adequado para aqueles que fazem uso da pré-mix de micronutriente devido as dificuldades da tecnologia de processamento do alimento. A seriedade de quem produz o micronutriente deve ser considerada como fator primário para garantia da qualidade do fortificante. Sugere ainda que as VISAs utilizem as notas fiscais de compra dos fortificantes como mais um instrumento de avaliação da qualidade do produto final.

1.3 - ABIA

A representante da ABIA, Renata Nakashima, iniciou sua fala dizendo que é um pouco difícil detalhar qual o fortificante utilizado, pois depende da formulação de cada produto e a empresa muda muito de fornecedor. No entanto, é possível listar as principais aplicações em empanados, sopas, alimentos infantis, bolos, condimentos, massas, biscoitos, produtos da panificação industrial, produtos da panificação artesanal, farinha doméstica, mistura para preparo de curau, snacks, cereais matinais, farinhas flocadas de milho para o preparo de cuscuz e fubá.

Sra. Renata explicou a interferência de cada um dos tipos de fortificante de ferro nos alimentos e as vantagens e desvantagens no processo de fortificação. Finaliza colocando a complexidade do tema e os desafios para que a fortificação se torne efetiva, e ainda ressalta que o tema deve ser discutido juntamente com representantes dos laboratórios, governo, especialistas do tema e do setor produtivo.

1.4 – Fabricantes de Pré-mix

Dr. Héctor Cori, representante das empresas fabricantes de pré-mix, inicia sua fala contextualizando as causas que reforçam o uso da fortificação de alimentos como uma estratégia para redução da prevalência de anemia com foco em crianças, gestantes e mulheres em idade fértil. Detalha os tipos de ferro utilizados como fortificantes nos alimentos considerando as vantagens e desvantagens e sumariza as recomendações do tipo de ferro a ser utilizado segundo o consumo da farinha de trigo. A ordem de preferência nos compostos de ferro recomenda utilizar para a farinha de alta extração o FeNaEDTA e para a farinha de baixa extração utilizar o Sulfato Ferroso e Fumarato Ferroso.

No que diz respeito à qualidade do pré-mix de nutrientes está estabelecido no Código de Práticas para a Fabricação de Pré-misturas Alimentícias publicado pela OPAS que detalha pontos importantes como matérias-primas, instalações, processos de produção, armazenamento, documentação, garantia da segurança entre outros. No entanto, é importante reforçar que a qualidade do pré-mix é um indicador de efetividade e êxito do programa de nutrição, considerando ainda que a certificação dos provedores de pré-mix é uma alternativa econômica, simples e sustentável de garantir a qualidade do nutriente.

A relação do custo-benefício para a estratégia de fortificação de alimentos é pelo menos duas vezes menor que os programas de suplementação medicamentosa preventiva com micronutrientes.

Comentários:

A representante da CGAN informou que existem outras estratégias instituídas pelo Ministério da Saúde voltado a prevenção de carências por micronutrientes. Ressalta que novas estratégias devem ser observadas com cautela já que ainda temos dificuldade de implementar e acompanhar adequadamente a estratégia de fortificação obrigatória das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico. Sem desconsiderar a importância que outros micronutrientes possuem no metabolismo do ferro é importante avançar no aprimoramento dessa intervenção para depois considerarmos a adoção de novas condutas ou estratégias com outros micronutrientes.

2) Apresentação do relatório sobre o panorama do monitoramento das farinhas no Brasil, incluindo informações sobre a capacidade analítica dos Lacens para realizarem análises de ferro e ácido fólico em farinhas de trigo e milho. – ANVISA

A representante da ANVISA, Paula Roberta, inicia sua fala com os desafios da regulação de alimentos frente a mudança do padrão de consumo da população brasileira, crescimento da produção de alimentos, globalização, novas tecnologias, mudanças das boas práticas agropecuárias e de produção agrícola e riscos emergentes como as deficiências de micronutrientes. Os principais atores envolvidos na regulação de alimentos são o governo, a indústria e o consumidor com diferentes focos, porém com objetivo comum voltados para confiança e transparência. No entanto, o consumidor tem grande dificuldade de reconhecer a recomendação mais adequada e assim fazer a melhor escolha.

Atualmente, o Brasil regulamenta com foco na caracterização do risco (ocorrência, severidade e alimentos vinculados) trabalhando ações como monitoramento de produtos no comércio e vigilância pós-consumo considerando a exposição da população.

No que diz respeito ao Monitoramento do Teor de Ferro e Ácido Fólico em Farinhas de trigo e milho no Brasil realizado, pelas Vigilâncias Sanitárias Estaduais e Municipais e pelos Laboratórios Centrais de Saúde Pública, é importante ressaltar que os dados de acompanhamento dessa ação são uma compilação dos dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária de 2006 a 2010.

A representante da ANVISA informou que GGALI/ANVISA participa do Grupo Técnico (GT) Indicadores e Monitoramento/ Comissão Permanente 1-3 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Este GT publicou em novembro/2010 o relatório intitulado *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada – Indicadores e Monitoramento*. O texto do relatório traz os indicadores pactuados pela GGALI/ANVISA neste GT sendo o monitoramento da fortificação das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico (indicador 5.6.1) detalhado para os anos de 2006 a 2008.

Tabela 1. Número de amostras analisadas, número de amostras satisfatórias e percentual de amostras satisfatórias observados por Unidade Federada (UF) por ano no monitoramento do teor de ferro e ácido fólico em farinhas. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, 2006-2008.

Ano	Tipo de farinha	UF	Nº amostras analisadas	Nº amostras satisfatórias	Amostras Satisfatórias (%)
2006	Ferro				
	Trigo	DF	8	8	100
		SP	29	28	96,6
		MG	61	55	90,2
		Total	98	91	92,9
	Milho	MG	3	2	66,7
		Total	3	2	66,7
	Farinhas	Total	101	93	92,1
	Ácido Fólico				
	Trigo	SP	29	20	69
2007	Ferro				
	Trigo	DF	8	8	100
		MG	60	48	80
		Total	68	56	82,4
2008	Ferro				
	Milho	SP	20	19	95
		Total	20	19	95
	Ácido Fólico				
	Milho	SP	20	9	45
Total		20	9	45	

Em 2006, com relação às farinhas de trigo, no DF as 08 amostras analisadas (100%) estavam satisfatórias; em SP, mais de 96% das 29 amostras estavam

satisfatórias; e em MG, 90,2% das 61 amostras analisadas atendiam ao parâmetro fixado pela legislação. Este último estado monitorou ainda o teor de ferro em farinhas de milho realizando 03 análises, das quais duas revelaram-se satisfatórias. Das 101 amostras analisadas 93 atenderam as determinações com relação ao teor de ferro, correspondendo a 92% das farinhas analisadas como satisfatórias. O estado de SP, em 2006, desenvolveu metodologia e analisou o teor de ácido fólico em 29 amostras de farinha de trigo, das quais 20 estavam satisfatórias (69%).

Em 2007, o monitoramento do teor de ferro na farinha de trigo no DF obteve 100% das amostras satisfatórias (8 amostras); em MG das 60 amostras analisadas 80% foram satisfatórias o que totaliza aproximadamente 82% de amostras satisfatórias.

Em 2008, SP monitorou o teor de ferro e ácido fólico em 20 amostras de farinhas de milho, das quais 19 estavam satisfatórias quanto ao teor de ferro, correspondendo a 95% das amostras analisadas; entretanto, apenas 09 atendiam ao disposto na legislação quanto ao teor de ácido fólico, correspondendo a 45% do total analisado. Não houve dados sobre o monitoramento do teor de ferro e ácido fólico, em 2009, período o qual os Laboratórios Centrais tentaram expandir sua capacidade analítica .

Em 2010 o estado do CE analisou o teor de ferro em 04 amostras de farinha de trigo: sendo 2 satisfatórias e 2 insatisfatórias. As amostras de farinhas de trigo com resultados insatisfatórios uma foi produzida no próprio CE e outra, em Belém/PA. Nesse mesmo ano o DF analisou o teor de ferro em 46 amostras de farinha de trigo, 15 de farinhas de milho e 23 de fubá de milho, totalizando 84 análises. Das 15 amostras de farinhas de milho analisadas 3 (20%) foram satisfatórias quanto ao teor de ferro (duas amostras do DF e uma amostra de MG). As demais, 12 amostras (80%) foram insatisfatórias, sendo produzidas no DF (7), MG (1) e PR (4). Das 23 amostras de fubá de milho analisadas duas foram classificadas como insatisfatórias (1 fabricada no DF e outra no PR).

Em 2010, o estado de MG analisou o teor de ferro em 34 amostras de farinhas de trigo, duas de fubá de milho (uma insatisfatória, produzida em MG e outra satisfatória, produzida em GO), e uma de farinha de milho (insatisfatória de MG). Dessas amostras de farinha de trigo analisadas, 3 (9%) foram insatisfatórias, sendo 2 produzidas no PR e 1 em SP. As demais 31 (91%) estavam satisfatórias

Apesar do avanço do monitoramento do teor de ferro e ácido fólico nas farinhas de trigo e milho no Brasil nos últimos anos, o principal desafio são a implantação da metodologia analítica nos Laboratórios Centrais em Saúde Pública e sua capacidade analítica. A representante da Anvisa finaliza sua fala com questionamento sobre a real biodisponibilidade do ferro adicionado, o efeito da fortificação da população brasileira e se essa estratégia atinge os objetivos propostos.

Comentários:

A representante da EMBRAPA, Marília Nutti, solicita esclarecimento sobre como é realizado planejamento da coleta das amostras, se existe um plano de amostragem ou as análises são realizadas por demanda. Essa informação é importante para melhor entendimento do impacto dos dados do monitoramento.

Paula Roberta informou que as amostras são coletas com base nas demandas e na capacidade analítica dos laboratórios. William Latorre esclareceu que o trabalho de monitoramento realizado em SP foi com base em análise fiscal e, portanto, quando o fiscal vai ao estabelecimento e coleta três amostras para verificar a adequação dos níveis

dos micronutrientes. O entendimento da VISA/SP quanto à falta do plano amostral se baseia na previsão legal que determina a responsabilidade do setor produtivo em realizar o controle e garantia da qualidade do produto final atendendo o que determina a norma específica. O estado de Minas Gerais possui um plano estadual de monitoramento das farinhas de trigo e de milho, porém não possuem um plano de amostragem e sim uma pactuação com o laboratório de análise para realizar o monitoramento de acordo com sua capacidade analítica. A representante da VISA do DF, Regina Alice, informa que a coleta é realizada em 21 núcleos, porém são coletas de caráter fiscal. Se a amostra for classificada como insatisfatória, de acordo com a norma específica, o fabricante recebe uma notificação e dentro desse processo poderá solicitar a contraprova. Em 2010 foi realizado monitoramento de outros produtos sendo um total de 900 amostras. O maior problema que temos é baixa capacidade analítica e falta de material para análise.

Para o representante da ABIA, José Ricardo, expôs que o micronutriente deve ser tratado de maneira diferenciada do macronutriente devido à quantidade adicionada no alimento que tecnologicamente possui ampla faixa de variação de conteúdo. A empresa que produz pré-misturas de micronutriente faz coleta e análise de amostras no início, meio e fim do processo. É importante que seja avaliado a possibilidade de estabelecer no mínimo três amostras devido à flutuação natural do processo tecnológico. Neste sentido ainda mencionou que atualmente a legislação brasileira indica para análise fiscal a retirada de 1 amostra do item (seja ele farinha de trigo e/ou farinha de milho) para análises. Em se tratando de macronutrientes este procedimento é válido, no entanto para micronutrientes tal procedimento não é representativo, sendo que a amostragem deveria ser mais ampla, ou seja, deveria-se recolher uma quantidade maior de amostras do mesmo lote ou mesmo solicitar às empresas amostras de retenção do lote, de forma a melhor avaliar os micronutrientes e sua dispersão/homogeneização no produto final.

A representante do Adolfo Lutz informa que cada estado realiza o monitoramento das farinhas de trigo e de milho de acordo com sua programação, portanto não há um planejamento nacional pré-determinado para realização desse monitoramento. Informa ainda, que a capacidade analítica é uma limitação principalmente se considerarmos que a estratégia de fortificação das farinhas esteja com o seu monitoramento focado na análise laboratorial. Sugere ainda que para trabalhar a questão da variabilidade dos resultados das amostras é necessário adotar maior número de replicatas. O programa nacional deve conter outras variáveis de análise do processo de monitoramento que associado a análise fiscal possa ter uma visão global do atendimento a norma legal.

Dr. Rubén Grajeda complementa a discussão informando que a OPAS sugere aos países que trabalham com a fortificação de alimentos que as indústrias produtoras do alimento fortificado tenham implantado o sistema de controle de qualidade, que adotem o monitoramento externo e o monitoramento comercial. No entanto, o que observa na prática é um monitoramento realizado sem planejamento adequado do processo com informações básicas como: planos de visitas de inspeção, quantitativo de amostras a serem coletadas, orientações de armazenamento entre outras questões. Desta forma, é importante que o país adote protocolos e planos para implementar o monitoramento das farinhas fortificadas com ferro e ácido fólico considerando todas as etapas do processo de produção e comercialização.

3) Impacto da fortificação das farinhas na prevalência de espinha bífida. Dr. Eduardo Castilla – Diretor ECLAMC - Fundação Oswaldo Cruz

Dr. Eduardo Castilla inicia sua fala informando que trabalha no programa de vigilância epidemiológica de malformações congênitas da América do Sul conhecido como Estudo Colaborativo Latino-Americano de Malformações Congênitas – ECLAMC, existente desde 1967. O ECLAMC é reconhecido como um dos centros colaboradores da Organização Mundial da Saúde – OMS. Esse Estudo Colaborativo é uma rede interativa de base hospitalar que permite manter um acompanhamento mês a mês dos nascimentos e por isso permite um maior controle de qualidade da informação.

Nos últimos 13 anos houve interesse em aprofundar a investigação da relação do ácido fólico com a prevenção do defeito do tubo neural, assim os estudos aprofundaram essa discussão, por considerar que a estratégia de suplementação periconcepcional não é a estratégia mais recomendada devido ao baixo alcance do público-alvo pela baixa frequência de gravidezes programadas. Em 2003 foi possível fazer uma avaliação da estratégia de fortificação obrigatória no Chile que apresentava dados de malformações congênitas expressivos antes da implementação da estratégia. Esse estudo observou que havia uma forte indicação da relação de queda da prevalência de malformações congênitas com a adoção da fortificação obrigatória com ácido fólico. Esses resultados positivos se confirmam em 2005.

Segundo Dr. Eduardo os estudos mais importantes e atuais apresentam dados de impacto da frequência de 52 tipos de anomalias congênitas em três países da América do Sul (Chile, Brasil e Argentina), publicado em 2010, e os efeitos da fortificação com ácido fólico na prevalência de espinha bífida no Brasil, publicado em 2011, dados coletados do SINASC e disponíveis em www.datasus.gov.br.

O primeiro trabalho, 2010, observou que dos 52 tipos de anomalias estudadas a relação da redução da frequência associada ao consumo de ácido fólico só ocorreu nos Defeitos do Tubo Neural (anencefalia, espinha bífida e cefalocele) e essa diminuição só ocorreu em três países da América do Sul (Chile, Brasil e Argentina). No Brasil, 2011, outro estudo observou apenas prevalência da espinha bífida, pois os outros dois defeitos teriam dados pouco consistentes. Esse trabalho foi o primeiro que utilizou os dados do SINASC para avaliar a eficácia da estratégia de fortificação obrigatória das farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico na redução da prevalência de espinha bífida. Os dados demonstram que é possível evitar, por meio da estratégia de fortificação obrigatória, no Chile 120 casos/ano; na Argentina 309 casos/ano e no Brasil 1.239 casos/ano que representa 48%. Dr. Eduardo ressalta que o Brasil tem potencial para aumentar o número de casos evitáveis de espinha bífida para 70% e com isso evitar por ano 1.820 casos.

Acrescenta em sua fala que a adição de ácido fólico e sua relação com o defeito do tubo neural é a principal ferramenta de prevenção primária de malformação congênita que existe no mundo, com efeito semelhante à vacinação anti rubeólica.

Comentários:

A representante da ANVISA, Elisabete Dutra, comentou que existem estudos no Chile que levantam hipóteses que o excesso de ácido fólico pode aumentar o câncer de cólon. Existe, portanto, um questionamento se realmente o ácido fólico tem

influencia na incidência de câncer do cólon. O grupo que irá trabalhar na revisão da Resolução nº 344/2002 deverá discutir esse assunto.

Segundo Dr. Eduardo Castilla os estudos que possuem mais relação com o ácido fólico é o aumento da gemelaridade realizado na Suécia. Realmente ainda não há comprovação da relação do consumo de produtos fortificados com ácido fólico com o aumento da prevalência de câncer de cólon. Em consonância, o Dr. Héctor Cori ressaltou que os estudos atuais ainda não concluem que o ácido fólico possui o influencia nas prevalências de câncer de cólon.

A Dr. Mariem Cunha, representante da Fundação Ezequiel Dias - FUNED, coloca a necessidade de estabelecer o planejamento de coleta de análise, a metodologia para ácido fólico, acesso ao o material de referência para fazer as análises desse nutriente no mercado brasileiro, credenciar e capacitar os laboratórios. Os dados do monitoramento pode nos auxiliar na análise e gerenciamento do risco sanitário com relação à fortificação obrigatório das farinhas de trigo e de milho.

4) Construção de Sistema Unificado de Monitoramento e Avaliação de Programas para o Controle e a Prevenção das deficiências de Vitaminas e Minerais. Dr. Rubén Grajeda – representante da Organização Panamericana de Saúde

Dr. Grajeda inicia sua fala informando que irá abordar o tema de sistema unificado de monitoramento e avaliação de programas para controle e prevenção das deficiências de vitaminas e minerais explorando as experiências da Nicaragua e dos países da América Central. O modelo de Nicaragua é um dos poucos modelos desenvolvidos implementado há 10 anos, instituído em 2002. Atualmente esse país apresenta algumas dificuldades de financiamento, mesmo assim as atividades de monitoramento continuam sendo executadas.

A OPAS adota o marco conceitual proposto pela OMS para o tema de fortificação de alimentos, portanto utiliza o sistema do marco lógico para delimitação dos componentes do sistema de monitoramento e avaliação de programas. Na etapa de avaliação do monitoramento estão contemplados fatores como: os Insumos - que contemplam os recursos físicos, humanos, financeiros, tecnológicos, matérias-primas e pré-mesclas; as Atividades - que abrange todos os processos de produção de um produto ou serviço de qualidade; os Produtos ou serviços - que abrange a disponibilidade de um produto ou prestação de um serviço ao cliente com qualidade e suficiência; os Resultados - avaliado como a disponibilidade e utilização de um produto ou serviço; os Resultados associados - avaliação do consumo da família e biomarcadores; e o Impacto – avaliando a tendência das deficiências de micronutrientes e redução da mortalidade.

Cabe reforçar que o objetivo de um programa de fortificação de alimentos é o aumento da ingestão de determinado tipo de nutriente deficiente na dieta e dessa forma prevenir a deficiência nutricional. Para atingir esse objetivo é importante considerar a diferença da ingestão de nutrientes nos adultos (mulheres e homens) e nas crianças sempre considerando que os resultados de impacto não será o igual nos diferentes grupos. Outro fator a ser considerado na avaliação de impacto, especificamente para o Brasil, é a particularidade do uso do ferro de baixa biodisponibilidade em grandes quantidades nas farinhas de trigo e de milho, conforme mencionado pelos representantes desse setor. Na avaliação de impacto na redução da prevalência de Defeito do Tubo Neural, o Brasil se encontra em situação mais confortável, pois o ácido fólico adicionado possui boa biodisponibilidade.

Segundo a OMS, o monitoramento regulatório ou externo prescinde das etapas de inspeção e de auditoria técnica. Entende-se por etapa de inspeção a comprovação por análise laboratorial da conformidade do produto às especificações técnicas e os parâmetros legais estabelecidos, e por auditoria técnica a revisão dos registros documentados pela indústria no desempenho e das medidas corretivas implementadas durante um determinado período de produção. Portanto, considera-se importante que as plantas de produção tenham um bom sistema de registro e rastreabilidade para possam implementar o monitoramento externo adequado.

É importante ressaltar a participação do consumidor na exigência do produto fortificado adequadamente. Para isso é necessário que a população tenha conhecimento dos benefícios da fortificação dos alimentos com micronutrientes e assim possam exigir adequações necessárias para o cumprimento das normas técnicas específicas e alcançar o impacto desejado na redução de carências nutricionais.

Segundo Dr. Grajada, os indicadores para análise de cada etapa do processo devem proporcionar a informação necessária para verificar a real contribuição da estratégia para o impacto desejado de redução da prevalência das deficiências de micronutrientes. Portanto, a lista de indicadores proposta pela OMS é apenas orientativa para o acompanhamento ideal do monitoramento e cada país deve utilizá-la de acordo com seus processos e se for o caso elaborar novos indicadores.

Para verificar a avaliação de impacto, os dados obtidos por meio do programa de monitoramento devem demonstrar o aumento da ingestão de um determinado nutriente; melhoria do estado nutricional do micronutriente e a redução da prevalência da carência na população-alvo da estratégia de fortificação.

Com intuito de publicitar o monitoramento e avaliação da estratégia de fortificação de alimentos é importante adotar a elaboração de informes técnicos que apresentem descrição da situação do programa, evolução histórica de acompanhamento da implementação e o alcance de metas de impacto e de empresas inspecionadas para definição de ações futuras.

Ao concluir, o representante da OPAS, ressalta que as deficiências de vitaminas e minerais são multicausais e necessitam de intervenções intersetoriais e interprogramáticas e, portanto, para assegurar o impacto pretendido é necessário que o monitoramento e avaliação sejam executados adequadamente. Os países devem designar os recursos necessários para o monitoramento e avaliação dos programas e ainda adotarem um sistema unificado de monitoramento e avaliação que possam ajudar na análise das tendências de algumas deficiências nutricionais.

Comentários:

A representante da CGAN, Karla Lisboa, questiona como seria para as VISAs adotarem as etapas de inspeção técnica e auditoria no monitoramento das farinhas de trigo e milho fortificadas. Segundo a representante da VISA/DF, esse estado, não possui dificuldade em trabalhar a inspeção técnica pois esse procedimento já é realizado, porém não tem clareza com relação ao trabalho de uma auditoria.

Dr. Grajada esclarece que o termo de auditoria utilizado nos programas de fortificação obrigatória significa o trabalho de revisão dos registros da fortificação dos produtos e não o conceito clássico de auditoria que é usualmente utilizado como auditar a planta de produção do alimento fortificado.

O representante do CONASS, William Latorre, informa que as empresas cadastradas na ABIA ainda precisam obter mais conhecimento e informação sobre a fortificação obrigatória, especialmente os pequenos produtores. As estruturas das VISAs

possuem um fluxo de trabalho de vigilância bem consolidado em seus fluxos e rotinas, porém isso não se reflete para a aplicação de BPF para fortificação obrigatória. É importante planejar dois momentos de abordagem dessa discussão. O primeiro seria a abordagem do assunto de inspeção e auditoria com o trabalho das VISAs diretamente com as empresas e em um segundo momento as empresas fariam a auditoria internamente dos seus processos de trabalho. É importante que esse trabalho seja realizado em conjunto entre as VISAs e as empresas produtoras de farinhas de trigo e de milho, para troca de conhecimentos.

Segundo William Latorre foi realizado no estado de São Paulo um trabalho conjunto com os técnicos das VISAs dos municípios onde haviam moinhos de farinha de trigo. Esse trabalho resultou em um treinamento, no primeiro dia, sobre Boas Práticas de Fabricação e tecnologia de produção da farinha de trigo e, no segundo dia, inspeção nos moinhos de trigo para verificar os conhecimentos repassados. Finalizado essa etapa o grupo elaborou uma lista teórica de verificação de Boas Práticas de Produção para as empresas produtoras de farinhas de trigo e utilizou esse instrumento como o objetivo de validar as informações coletadas. William considera que esse trabalho pode ser reproduzido no nível nacional sempre considerando que há diferença no conhecimento técnico dos fiscais para inspecionar empresas produtoras de farinhas de trigo nas regiões do país.

A representante da Visa/MG, Claudia Machado, relatou que faz a inspeção e auditoria técnica, porém essa última somente é realizada nas empresas que solicitam a participação da vigilância sanitária por terem já implementadas a Certificação de Boas Práticas. Ressalta que são poucas as empresas que solicitam. Acrescenta que o trabalho realizado pela VISA/SP, de elaboração da lista de verificação para inspeção de estabelecimentos produtores de farinhas de trigo, deve ser utilizado como material validado para elaboração de uma norma federal para suprir a falta desse instrumento para as vigilâncias estaduais e municipais. Dessa forma espera-se padronizar o trabalho de inspeção e possa ajudar outros seguimentos que necessitem desse tipo de informação.

A representante da Gicra, Paula Bernadete, coloca que a ANVISA pretende trabalhar com o monitoramento das farinhas de trigo e de milho de forma padronizada e para isso gostaria de contar com as experiências das VISAs de São Paulo e Minas Gerais para elaborar as Boas Práticas de Fabricação para esse segmento da área de alimentos.

5) Apresentação da proposta preliminar do Programa Nacional de Monitoramento de Fortificação das Farinhas – Karla Lisboa - CGAN/MS

A representante da CGAN apresenta a proposta do Programa Nacional de Monitoramento das Ações de Fortificação de Farinhas de Trigo, Milho e seus subprodutos para Prevenção e Controle de Deficiência de Ferro e Ácido Fólico. Este documento foi elaborado em conjunto pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Organização Pan-Americana de Saúde e Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo.

O documento apresenta a proposta de instrumento técnico-operacional com finalidade orientativa sobre a adequada operacionalização e acompanhamento das ações destinadas à prevenção e controle da anemia por deficiência de ferro e do defeito do tubo neural. A estrutura do manual técnico está definida nos seguintes tópicos: Justificativa; Histórico da Fortificação Obrigatória no Brasil; Conceito do programa; Linhas de ação do Programa Nacional de Monitoramento das Ações de Fortificação de Farinhas de Trigo, Milho com ferro e ácido fólico; Atribuições dos Membros da

Comissão Interinstitucional para Implementação, Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Fortificação de Farinhas de Trigo, de Milho e seus parceiros no programa nacional e Referências Bibliográficas. Em seguida orienta a formação de grupos para trabalhar nas sugestões e críticas ao documento preliminar.

6) Considerações e observações sobre o trabalho em grupo: Análise da proposta do Programa Nacional de Monitoramento de Fortificação das Farinhas.

Dando continuidade aos trabalhos, os participantes se dividiram em três grupos. Cada grupo ficou responsável por discutir, analisar e propor alterações na estrutura e no conteúdo do documento para posterior consolidação. Segue abaixo as sugestões:

O grupo que discutiu o item III- Avaliação do impacto da fortificação das farinhas de trigo e de milho destinadas ao consumo humano na saúde da população fez considerações importantes o que se refere à avaliação do impacto da fortificação das farinhas de trigo e de milho com ácido fólico de ser realizada de forma permanente com utilização dos dados do SINASC, a meta é atingir a prevalência inferior 1: 3.000 nascidos vivos ou redução 50 a 70% da prevalência dos Defeitos do Tubo Neural, e também avaliar os dados de consumo de ácido fólico a partir dos dados da POF 2008-2009. No que diz respeito a fortificação das farinhas de trigo e de milho com ferro o grupo sugere incluir um campo com dados de Hemoglobina com data de realização do exame no SISPRENATAL para monitorar a prevalência de anemia em gestantes, propõe ainda a meta de redução de prevalência da anemia nas gestantes em 30% a partir dos dados atuais. No que se refere a anemia em crianças sugere-se estudos regionais de prevalência com delineamento metodológico similares hemoglobina, ferritina sérica e transferrina para monitorar a prevalência dessa doença em pré-escolares sugere a redução da prevalência em 30% considerando os dados atuais (45% anemia em crianças menores de 5 anos). Período de avaliação de impacto ficou em aberto para discussão posterior.

O grupo que discutiu o item V - Implementação permanente de estratégias de informação, comunicação e mobilização social obteve sugestões como a necessidade de organização da comunicação para diferentes tipos de públicos ou alvos. Considerou um grupo a própria Comissão Interinstitucional para Implementação, Acompanhamento e Monitoramento das Ações de Fortificação de Farinhas de Trigo e de Milho como ambiente para veicular informações importantes de divulgação das ações referentes à fortificação obrigatória. Sugere, portanto, a criação de um grupo de e-mail para essa Comissão e um responsável gestor para encaminhar as informações. Com relação a outros grupos alvos - indústrias de trigo e de milho, vigilâncias sanitárias, sindicatos e associações brasileiras – podemos trabalhar em conjunto a obtenção e divulgação de contatos das empresas de farinhas de trigo e de milho, das vigilâncias e outros para assim conhecer os diferentes atores e disponibilizar as informações referentes à temática de fortificação de alimentos. Será importante utilizar meios de comunicação já existentes como os jornais internos das instituições, seminários, simpósios, encontros e eventos para divulgar a estratégia. Para os profissionais de saúde poderá utilizar a Rede Nutri, coordenada pela CGAN, e a comunicação oficial conjunta (MS e ANVISA) para os secretários de saúde estaduais e municipais informando sobre a estratégia da fortificação das farinhas de trigo e de milho no Brasil.

Cabe maior precaução na divulgação da fortificação obrigatória para o consumidor considerando que o tema também é polêmico devido às associações de

portadores de doenças específicas que possuem algum impedimento do consumo de alimento fortificado, especialmente com o nutriente ferro.

A ABITRIGO informou que a lista com as empresas associadas já foi encaminhada para ABIA. No entanto ficou a sugestão da ABITRIGO encaminhar a lista compilada das empresas associadas e os sindicatos para a CGAN e esta reenviar para o grupo. Seria interessante também termos a lista dos produtores de pré-mix. A Comissão poderá propor a ABITRIGO um espaço no evento do ano de 2012 com previsão para outubro. William Latorre coloca a disposição a lista elaborada para servir de base para complementação para as demais empresas. A ABIMILHO se coloca disponível para enviar informações dos associados.

O grupo que discutiu o item II - Monitoramento do teor de ferro e do ácido fólico nas farinhas de trigo e de milho destinadas ao consumo humano. No que diz respeito ao monitoramento interno o grupo entende que a Portaria nº 326/97 e a Resolução RDC nº 275/2002 devem ser a base legal para as Boas Práticas de Fabricação, porém nesse documento devem constar os requisitos mínimos a serem observados pelas empresas para agregar ao sistema de garantia da qualidade.

O grupo sugere substituir no documento os dois termos de garantia e controle de qualidade por medidas de controle por ser mais adequado. Além dos itens propostos no manual, sugere incluir um item de medidas corretivas. Além do manual do programa deve ser elaborado orientações complementares para as empresas que certamente apresentam cenários diferenciados com relação à implementação da fortificação. É importante que o uso dessas informações seja incentivado pelas próprias associações. Todos os indicadores propostos devem ser revistos e ainda aprofundar o estudo de outros indicadores. Com relação ao texto proposto para o subitem monitoramento externo, o grupo entende que o plano amostral não se aplica nesse contexto e sugere a substituição por terminologia “planejamento de coleta de amostra”. Deve constar que a modalidade de análise para o monitoramento externo deve ser a análise fiscal devido à previsão legal dessa ação.

Entre os estabelecimentos a serem inspecionados incluir os importadores, distribuidores, embaladores de farinhas de trigo, de milho e de pré-misturas de micronutrientes. Sugere inclusão de dois indicadores para avaliar a cobertura de inspeções para obter a porcentagem de estabelecimentos inspecionados e outro indicador que contemple a classificação de risco da empresa. Sugere que seja criado um grupo específico para trabalhar de forma alinhada com o GT Monitora Alimento da ANVISA para estabelecer as metodologias analíticas, estruturação de sub-redes para esse programa e promover a capacitação dos LACENS.

Comentários:

O representante da ABIA, José Ricardo, indicou que a quantidade de ácido fólico e ferro, que hoje faz parte da fórmula, têm uma participação pequena, o que dificulta a dispersão/homogeneização do ácido fólico nas farinhas. Desta forma, sugeriu a avaliação da possibilidade de modificação da fórmula padrão para facilitar sua dispersão e conseqüentemente aumentar a possibilidade de encontrá-lo no produto final. Ademais, foi comentado que deveria ser avaliado outras matrizes alimentares para servirem de veiculação de ferro e ácido fólico para a população. Atualmente tem-se o exemplo de arroz fortificado, o qual é considerado um “veículo” seguro e extremamente apropriado para a fortificação e onde não ocorreria a variação existente nas farinhas. Não podemos eleger as farinhas de trigo e milho como as “salvadoras” da situação atual

da população, ou seja, não podem ter o ônus de somente elas, as farinhas, ficarem a cargo dessa fortificação.

7) Encaminhamentos:

- Instituir por meio de portaria o Programa Nacional de Fortificação das Farinhas de Trigo e Milho com Ferro e Ácido Fólico;
- Elaboração de norma legal contendo Boas Práticas de Fabricação de Farinhas de Trigo e de Milho fortificada com Ferro e Ácido Fólico e o roteiro de inspeção sanitária para os estabelecimentos produtores desses produtos;
- Elaboração de instrutivos para cada linha de ação do programa nacional;
- Inserir na agenda regulatória a revisão da Resolução RDC nº 344/2004 (faixa de fortificação; revisão a lista de fortificantes de ferro e declaração dos compostos nos ingredientes);
- Revisão dos manuais de fortificação das farinhas de trigo e de milho elaborados pela Embrapa;
- Fazer aproximação com a DASIS-SVS do MS para trabalhar em conjunto estratégias que nos auxilie a potencializar o uso do campo 34 da declaração de nascidos vivos. (Dr Eduardo Castilla sugere Dr. Otaliba de Moraes Neto e/ou o Dr. Dácio Rabello);
- Criar grupo de e-mail para melhorar a comunicação da Comissão para divulgação de informes;
- ABITRIGO se comprometeu a encaminhar a lista compilada das empresas associadas e os sindicatos de farinhas de trigo para a CGAN e essa reenviar para o grupo;
- ABIMILHO se comprometeu a encaminhar a lista compilada das empresas associadas para que a CGAN reencaminhe para o grupo;
- Criar grupos de trabalho para cada linha de ação proposta no documento do programa nacional com objetivo de detalhar e harmonizar as informações;
- Elaborar lista de moinhos de farinhas de trigo e de milho e fabricantes de pré-mix no Brasil com as seguintes informações: nome; endereço e telefone;
- Encaminhar para a Comissão a proposta consolidada do documento contendo a estrutura do Programa Nacional de Fortificação das Farinhas de Trigo e de Milho com Ferro e Ácido Fólico para análises e críticas.
- Criar grupo específico para trabalhar de forma alinhada com o GT Monitora Alimento da ANVISA com a finalidade de estabelecer as metodologias analíticas, estruturação de sub-redes para esse programa e promover a capacitação dos LACENS.